



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR 032/2002 – De 30 de dezembro de 2002.

D NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 12, 25, 36, 50, 192, 204, 221 e 275, DA LEI COMPLEMENTAR N. 031/2002, QUE ALTERA E CONSOLIDA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE GUATAPAR E D OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS STELLA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que a Lei lhe confere;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou em Sessões Extraordinárias realizadas nos dias 20, 26 e 30 de dezembro de 2002, o Projeto de Lei Complementar n.é 003/2002 com as Emendas, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1 - D-se nova redação aos seguintes artigos da Lei Complementar 031/2002:

O artigo 12 da Seção II, do Sub-Capítulo I, do Capítulo I, do Título III, do Livro I, da Lei Complementar 031/2002, passará a ter a seguinte redação:

Artigo 12 - A base de cáculo do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana é o valor venal do imóvel.

- a) terreno sem muro ou mureta e sem passeio calçado: 3% (trs por cento);
- b) terreno com muro ou mureta, mas sem passeio calçado: 2,5% (dois e meio por cento);
- c) terreno sem muro ou mureta, mas com passeio calçado: 2,5% (dois e meio por cento);
- d) terreno com muro ou mureta e com passeio calçado: 1,5% (um e meio por cento).

Parágrafo nico – As alíquotas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro quando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

- a) para os terrenos com mais de mil e quinhentos metros quadrados, includos neste caso os previstos no artigo 11, parágrafo único;
- b) para os terrenos situados no mesmo setor e cadastrados em nome de um mesmo contribuinte, permanecendo a alíquota inalterada apenas para um dos lotes de menor valor venal.

O artigo 25 da Seção V, do Sub-Capítulo I, do Capítulo I, do Título III, do Livro I, da Lei Complementar 031/2002, e o artigo 50, da Seção V, do Sub-Capítulo II, do Capítulo I, do Título III, da Lei Complementar 031/2002, passarão a ter a seguinte redação:

Artigo 25 - O pagamento do Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana poderá se processar, nos prazos estipulados pelo Poder Executivo nos avisos de lançamento, da seguinte forma:

I - Desconto de 10 % (dez por cento), para pagamento  vista.

II - Em até 10 (dez) parcelas mensais, passando o valor originário da obrigação tributária a ser expresse em moeda corrente.

 1 - Considera-se pagamento  vista, para efeito do disposto no inciso I deste artigo, aquele efetuado na data de recebimento do aviso de lançamento ou, no máximo, até 15 (quinze) dias após aquela data.

 2 - Nenhuma parcela poderá ser paga sem a prévia quitação da antecedente.

 3 - O inciso II, do artigo 25, não será aplicado em relação aos lançamentos a serem efetuados para cobrança no próximo ano de 2003, cujas parcelas mensais serão em número de 12 (doze).

Artigo 50 - O pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial Urbana poderá se processar nos prazos estipulados pelo Poder Executivo, nos avisos de lançamentos, da seguinte forma:

I - Desconto de 10 % (dez por cento), para pagamento  vista.

II - Em até 10 (dez) parcelas mensais.

 1 - Considera-se pagamento  vista, para efeito do disposto no inciso I deste artigo, aquele efetuado na data de recebimento do aviso de lançamento ou, no máximo, até 15 (quinze) dias após aquela data.

 2 - Nenhuma parcela poderá ser paga sem a prévia quitação da antecedente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

 3 - O inciso II, do artigo 50, não será aplicado em relação aos lançamentos a serem efetuados para cobrança no próximo ano de 2003, cujas parcelas mensais serão em número de 12 (doze).

O artigo 36 da Seção II, do Sub-Capítulo II, do Capítulo I, do Título III, do Livro I, da Lei Complementar 031/2002, passará a ter a seguinte redação:

Artigo 36 - A base de cáculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial Urbana é o valor venal do imóvel construido, ao qual se aplicam as alíquotas a seguir previstas:

- I - Com edificação para uso residencial.....0,5%
- II - Com edificação para uso comercial.....0,6%
- III - Com edificação para uso industrial.....0,7%
- IV - Com edificação para uso bancário.....0,8%

O artigo 192 da Seção XI, do Capítulo I, do Título IV, do Livro I, o artigo 204 da Seção III, do Capítulo II, do Título IV, do Livro I, e o artigo 221 da Seção IV, do Capítulo III, do Título IV, do Livro I, da Lei Complementar 031/2002, passarão a ter a seguinte redação:

Artigo 192 - As taxas recolhidas fora dos prazos indicados nos avisos de lançamento ficarão sujeitas aos seguintes acréscimos:

- a)  multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, até o último dia útil do mês do vencimento do tributo;
- b)  multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 1 (primeiro) dia útil do mês subsequente do vencimento do tributo;
- c)  cobrança de juros moratórios  razão de 1% (um por cento) ao mês incidentes sobre o valor originário, corrigido monetariamente.

Artigo 204 - As taxas recolhidas fora dos prazos indicados nos avisos de lançamento ficarão sujeitas aos seguintes acréscimos:

- a)  multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, até o último dia útil do mês do vencimento do tributo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

b)  multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 1 (primeiro) dia útil do mês subsequente do vencimento do tributo;

c)  cobrança de juros moratórios  razão de 1% (um por cento) ao mês incidentes sobre o valor originário, corrigido monetariamente.

Artigo 221 - O contribuinte que deixar de pagar a contribuio de melhoria nos prazos fixados ficará sujeito:

I -  multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, até o último dia útil do mês do vencimento do tributo;

II -  multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, a partir do 1 (primeiro) dia útil do mês subsequente do vencimento do tributo;

III -  cobrança de juros moratórios  razão de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor do débito.

O artigo 275 da Seo II, do Capítulo IV, do Título III, do Livro I, da Lei Complementar 031/2002, passará a ter a seguinte redao:

Artigo 275 - Os débitos tributários para com a Fazenda Municipal, inscritos ou não como dvida ativa do Município, poderão ser parcelados, desde que vencidos e não pagos em tempo hábil.

 1 - Os débitos oriundos de tributos lançados parceladamente somente poderão ser objeto do parcelamento previsto neste artigo a partir do exercício subsequente ao do lançamento.

 2 - Os débitos que forem objeto de parcelamento serão consolidados na data de sua concessão.

 3 - Considera-se consolidao, para efeito do disposto no parágrafo anterior, o acréscimo, ao valor originário do débito, da correo monetária, da multa de mora, dos juros moratórios e demais cominaoes legais.

 4 - O valor do débito consolidado, será dividido pelo número de parcelas mensais concedidas.

 5 - O valor de cada parcela mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros moratórios na forma da legislao pertinente.

 6 - Para efeito de pagamento, o valor em moeda corrente de cada parcela mensal desta no dia do pagamento.

 7 - Os débitos poderão ser parcelados:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

I - em até 04 (quatro) parcelas mensais, quando o montante do débito corrigido for inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

II - Em até 08 (oito) parcelas mensais, quando o montante do débito corrigido for igual ou superior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e inferior a R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais).

III - Em até 12 (doze) parcelas mensais, quando o montante do débito corrigido for igual ou superior a R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

 8 - O valor das parcelas previstas no parágrafo anterior não poderá ser inferior a R\$.20,00 (vinte reais).

 9 - O parcelamento de que trata este artigo deverá ser requerido pelo interessado mediante o pagamento da respectiva taxa.

 10 - O não pagamento de duas parcelas sucessivas importará no automático vencimento antecipado das demais, sendo vedado o parcelamento do saldo remanescente devedor.

Artigo 2- As alterações de que trata esta Lei Complementar, passarão a integrar a Lei Complementar n.é 031/2002, de 12 de novembro de 2002.

Artigo 3- Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposies em contrário.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOIS.

LUIZ CARLOS STELLA
Prefeito Municipal

093

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO



REGISTRADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SENDO PUBLICADO NA IMPRENSA LOCAL E AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL NA DATA SUPRA.

Handwritten signature of Nivaldo Aparecido Costa.

NIVALDO APARECIDO COSTA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Handwritten signature of André Luiz Stella.

ANDRÉ LUIZ STELLA

Chefe de Gabinete

✓